



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 2, Jul./Dez., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 08.08.2024. Revisado por pares em: 28.09.2024. Reformulado em: 28.10.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n2ID37255

Relatórios contábeis governamentais para o cidadão: uma releitura do balanço geral do Estado de Goiás, Brasil

Government accounting reports for the citizen: a reinterpretation of the general balance sheet of the State of Goiás, Brazil

Informes de contabilidad gubernamental para el ciudadano: una relectura del balance general del Estado de Goiás, Brasil

Autores

Diana Vaz de Lima

Contadora, Mestre em Administração (PPGA/UnB), Doutora em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, com Programa de Pós-Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela FEARP/USP. Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública (PGAP/UnB) da Universidade de Brasília. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte CEP 70910-900 – Brasília/DF Brasil. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4477-445X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458221915017406>

E-mail: diana_lima@unb.br

Karina Evangelista Cruz

Graduada em Ciências Contábeis pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade (UnB). Analista Semi Sênior em Consultoria Contábil na empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. Endereço: SCLRN 712 Bloco D entrada 8 AP 104 - Asa Norte CEP 70760-514 – Brasília/DF. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0364-4032>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1905786320287842>

E-mail: karinaevangelistacruz0@gmail.com

Rafiza Luziani Varão Ribeiro

Jornalista, Mestre em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UnB), Doutora em Teorias e Tecnologias da Comunicação (PPGCOM/UnB). Professora do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte CEP 70910-900 – Brasília/DF Brasil. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0383-5524>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8715629033536068>

E-mail: rafiza@unb.br

Ricardo Borges de Rezende

Mestre em Ciências Contábeis pela UNB (2013). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (2001). Especialista em Auditoria e Gestão Governamental (PUC-GO/IPECON - 2004) e Análise e Auditoria Contábil (PUC-GO/CRC-GO - 2005). Gestor de Finanças e Controle do Governo do Estado de Goiás, atuando como Superintendente Contábil da Secretaria da Economia e Contador Geral do Estado de Goiás. Endereço: Avenida Senador Ramos Caiado, 576, apto 201 Residencial Fenícia, Bairro Maracanã, Anápolis/Goiás, CEP 75.040-320. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3801-0939>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1880979826004781>

Email: ricardo.rezende@goias.gov.br

Valquíria Andrade de Souza

Contadora. Assistente de Gestão Administrativo na SEFAZGO. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Salgado de Oliveira - Centro Universo Goiânia. Endereço: Rua do Álamo, Qd. 30, Lt. 46, Setor Goiânia 2 - Goiânia/Goiás - CEP 74663-040. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2985-4683>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7624478150830212>

Email: valquiria.souza@goias.gov.br

(Artigo apresentado no IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública em Leiria – Portugal, 14 e 15 de março de 2024)

Resumo

Objetivo: Apresentar o processo de construção da releitura do Balanço Geral do Governo de Goiás, Unidade Federativa do Brasil localizada na Região Centro Oeste, relativo ao exercício financeiro de 2022 à luz da literatura dos relatórios financeiros populares (RFPs).

Metodologia: A partir da análise da literatura e em conjunto com as equipes da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Comunicação Social de Goiás, as informações do Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) foram reorganizadas por áreas temáticas, destacando os principais números de receita arrecadada e despesa executada. Com o auxílio da Plataforma Canva®, foi elaborado o Balanço Cidadão de Goiás 2022, integrando as características essenciais dos Relatórios Financeiros Populares (RFPs).

Resultados: O Balanço Cidadão de Goiás de 2022 foi desenvolvido de forma a atender às demandas da sociedade por transparência e acessibilidade. A apresentação das informações financeiras, organizadas por áreas temáticas e consolidando dados relevantes, resultou na publicação do relatório pela Secretaria da Economia do Estado de Goiás, com uma ampla divulgação, com menções em sites, rádios e televisões.

Contribuições do Estudo: Os RFPs têm sido apresentados na literatura como um caminho para a transparência, acessibilidade e compreensão dos relatórios financeiros governamentais, o que pode contribuir para uma participação mais efetiva dos cidadãos no controle social.

Palavras-chave: Compreensibilidade. Balanço do Cidadão. Controle Social. Informações Contábeis. Transparência.

Abstract

Purpose: The objective of this article is to present the reinterpretation process of the General Balance Sheet 2022 for the government of Goiás, a Federative Unit of Brazil located in the Midwest region, based on popular financial reports (PFRs).

Methodology: Based on literature analysis, and in conjunction with the Goiás Department of Finance and the Goiás Department of Social Communication, we reorganized the information in the General Purpose Financial Report (GPFR) into thematic areas, and highlighted the main revenue numbers collected and expenses incurred. We used the Canva® Platform to prepare the Goiás Citizen Balance Sheet 2022 while integrating the essential features of the Popular Financial Reports (PFRs).

Results: The Goiás Citizen Report 2022 was developed to meet society's demands for transparency and accessibility. The financial information in this report, organized into thematic areas and consolidating relevant data, was published by the Goiás State Secretariat of Economy, and was widely distributed throughout the country, which included websites, radio and television.

Study Contributions: Literature describes PFRs as a path to transparency, accessibility and understanding of government financial reports, which can contribute to more effective citizen participation in social control.

Keywords: Comprehensibility. Citizen Balance. Social Control. Financial Information. Transparency.

Resumen

Objetivo: El objetivo de este artículo es Presentar el proceso de construcción de la relectura del Balance General del Gobierno de Goiás, Unidad Federativa de Brasil ubicada en la Región Centro Oeste, para el ejercicio 2022 a la luz de la literatura sobre informes financieros populares (RFP).

Metodología: Con base en el análisis de la literatura y en conjunto con equipos del Departamento de Finanzas y del Departamento de Comunicación Social de Goiás, la información del Informe de Contabilidad de Propósito General (RCPG) fue reorganizada por áreas temáticas, destacando los principales números de ingresos recaudados y gastos incurridos. Con ayuda de la Plataforma Canva®, se elaboró el Balance Ciudadano de Goiás 2022, integrando las características esenciales de los Informes Financieros Populares (RFP).

Resultados: El Balance Ciudadano de Goiás 2022 fue elaborado para atender las demandas de transparencia y accesibilidad de la sociedad. La presentación de las informaciones financieras, organizadas por áreas temáticas y consolidando datos relevantes, resultó en la publicación del informe de la Secretaría de Economía del Estado de Goiás, con amplia difusión, con menciones en sitios web, radio y televisión.

Contribuciones del Estudio: Las RFP han sido presentadas en la literatura como un camino hacia la transparencia, la accesibilidad y la comprensión de los informes financieros

gubernamentales, que pueden contribuir a una participación ciudadana más efectiva en el control social.

Palabras clave: Comprensibilidad. Balance Ciudadano. Control social. Información de cuenta. Transparencia.

1 Introdução

Os cidadãos têm papel crucial no processo de tomada de decisão dos governos e, para não diminuir a confiança deles, é importante que os governos comecem a investir em soluções para que esta relação se estabeleça (Martins & Lima, 2021; Lima, Silva & Varão, 2022). O desenvolvimento da cidadania está relacionado à atuação e compreensão do cidadão sobre o funcionamento e estrutura da máquina pública (Oliveira, Santos & Jorge, 2018). Porém, apesar de os cidadãos serem considerados parte do processo de transparência e accountability, os relatórios financeiros tradicionais dos governos são tidos como algo ilegível, extenso e/ou desinteressante (Jordan et al., 2017; Cabral & Aquino, 2020).

No setor público, os cidadãos são os usuários primários das informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs), uma vez que recebem serviços do governo e contribuem com recursos para sua manutenção (IPSASB, 2014). Contudo, a linguagem técnica e complexa dos RCPGs pode dificultar a compreensão dessas informações por parte da população. Para superar essa barreira e garantir que os relatórios atendam às características qualitativas de compreensibilidade, relevância e acessibilidade, utilizam-se os Relatórios Financeiros Populares (RFPs). Os RFPs são documentos simplificados que traduzem as informações contábeis tradicionais em uma linguagem clara e acessível, facilitando a compreensão dos cidadãos sobre a gestão pública (Bracci, Biondi & Kastberg, 2023). Dessa forma, os RFPs promovem maior transparência e incentivam a participação cidadã no controle social.

Há um consenso consolidado na literatura de que os relatórios produzidos pelo Estado para os cidadãos devem ser claros e simples, permitindo sua compreensão instantânea por qualquer leitor (Enke, 1967; Yusuf et al., 2013; Jordan et al., 2017; Lima, Silva & Varão, 2022). Nesse sentido, diversos estudos destacam que os RFPs não apenas facilitam a compreensão das informações sobre as atividades financeiras dos governos (Clay & Olson, 2008; Yusuf et al., 2013; Rodrigues et al., 2021), como também superam as limitações dos relatórios financeiros tradicionais. Essa abordagem melhora significativamente os níveis de transparência e promove uma maior participação cidadã, uma vez que tornam as informações acessíveis e utilizáveis pela população em geral (Biondi & Bracci, 2018; Manes-Rossi, 2019).

No caso dos RCPGs, de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, estes relatórios têm como objetivo fornecer informações relevantes para os seus usuários, subsidiando tanto os processos decisórios quanto a prestação de contas (accountability) e responsabilização (CFC, 2016, p.3). Eles podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. Da mesma forma que os RFPs, os RCPGs não são elaborados e divulgados para atender a necessidades de informações específicas ou particulares, atendendo o público em geral (Conselho Federal de Contabilidade [FC, 2016, p. 11).

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os RCPGs devem incluir o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. No estado de Goiás, esses relatórios são publicados anualmente em um

documento denominado Balanço Geral do Estado de Goiás. Os relatórios de gestão anuais governamentais são legalmente reconhecidos como a base primária do ciclo de responsabilização pública (Bairral, 2013). O conteúdo dos relatórios de gestão anuais deve explicitar tantas informações financeiras (quantitativas) como de desempenho (qualitativas) das ações governamentais, ambas essenciais para uma adequada avaliação em termos de responsabilização pública (Lig Wei, Davey & Coy, 2008).

Geralmente, os balanços gerais são publicados visando atender estruturas normativas, e trazem uma linguagem mais técnica (Leal et al., 2018). Comumente, os relatórios financeiros tradicionais não são conhecidos por serem fáceis de usar, pois, são longos, complexos e cheios de jargões técnicos, ininteligíveis para o cidadão comum (Jordan et al., 2017). Isso pode ser um problema uma vez que, para que os indivíduos se sintam seguros para trazer novas evidências, preocupações ou ideias em reuniões de comitês ou grupos de trabalho no planejamento e execução das políticas públicas, as informações devem ser noticiadas com clareza, coerência, agilidade e transparência, considerando-se que audiências distintas precisam de formas de comunicação específicas (Edmondson, 2020; Lima et al., 2021).

Neste contexto, considerando que os RFPs se apresentam como um instrumento complementar de divulgação da informação financeira ajustada ao cidadão, em vocabulário simples e compreensível pelo público em geral (Lee, 2006; Oliveira, Santos & Jorge, 2018) e que a divulgação de informações financeiras mais acessíveis pode melhorar a qualidade da relação governo-cidadão (Martins & Lima, 2021; Lima, Silva & Varão, 2022), o presente estudo tem como objetivo apresentar uma releitura do Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás, Unidade Federativa localizada na Região Centro Oeste do Brasil, relativo ao exercício financeiro de 2022 à luz da literatura dos RFPs.

Estudos anteriores forneceram um modelo conceitual como orientação para entidades do setor público (Martins & Lima, 2021; Biancone et al., 2023) e também investigaram como o formato dos RFPs pode auxiliar conselheiros municipais de saúde a tomar decisões mais informadas sobre as informações financeiras sob sua responsabilidade (Lima, Silva & Varão, 2022). Embora essas pesquisas sejam valiosas para a expansão do conhecimento sobre os RFPs, elas não apresentam exemplos práticos ou sua aplicação.

Essa pesquisa apresenta uma releitura do Balanço Geral do Governo de Goiás, intitulada Balanço Cidadão de Goiás de 2022, que foi publicada pela Secretaria da Economia do Estado de Goiás aos cidadãos, possuindo grande repercussão nos meios digitais, assim como jornais e programas de rádio. Assim sendo, os resultados da pesquisa puderam alcançar diversas camadas da sociedade.

2 Referencial Teórico

2.1 Caracterização dos relatórios financeiros populares

Os Relatórios Financeiros Populares (RFPs) são um formato amigável de representação das informações governamentais (Hermann et al., 2011). O surgimento dos RFPs ocorreu na América do Norte há mais de duas décadas, sendo impulsionados por associações profissionais de contabilidade e finanças governamentais, tais, como a *Government Finance Officers Association* (GFOA), que promove premiação anual para os *popular Financial Reports*, desde 1991 (Allison, 1995). Manifestam-se em resposta às preocupações de que os relatórios financeiros tradicionais do governo, embora precisos e detalhados, falhem em prover ao público em geral uma compreensão dos usos dos fundos públicos pelos governos (Yusuf et al., 2013; Silva & Lima, 2022). Para Cohen, Mamakou e

Karatzimas (2017), os RFPs precisam ser de fácil leitura, abrangentes e fáceis de manusear, voltados principalmente às necessidades do cidadão.

Relatórios financeiros centrados no cidadão podem melhorar a comunicação e podem estimular a participação e o envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos (Célérrier e Botey, 2015; Manes-Rossi et al., 2019). Quando se coloca em perspectiva a importância de os cidadãos entenderem os relatórios relacionados às contas públicas, tem-se como premissa que os RFPs podem se apresentar como um mecanismo central para a participação democrática, permitindo que os cidadãos assumam um papel ativo na interação com os órgãos de governo (Ferry, Eckersley & Zakaria, 2015; Biancone et al., 2016; Cohen, Mamakou & Karatzimas, 2017). Para Melo (2022), as instituições democráticas têm a intenção de promover mecanismos mais estáveis e legítimos de produção da decisão política.

Com uma maior propagação do entendimento do cidadão a respeito das contas públicas, a sociedade se aproxima de uma democracia em que o cidadão tem a efetiva participação no corpo social (César & Lorenzo, 2009). A comunicação através dos RFPs avança em relação aos relatórios financeiros de propósito geral, pois, adicionando mecanismos de envolvimento e diálogo com os cidadãos pode impulsionar uma maior efetividade, participação e cidadania (Rodrigues et al., 2021).

A divulgação dos RFPs é um processo de comunicação, devendo o emissor comunicar a mensagem da forma mais objetiva possível, diminuindo, assim, os riscos dessa mensagem ser decodificada da maneira incorreta pelo receptor (Rodrigues, Dias & Vargas, 2021; Zanetti & Zart, 2021). Dessa forma, os RFPs emitidos pelo Estado ao corpo social, que são considerados como um processo de comunicação entre o Governo e o Cidadão, necessitam ter uma mensagem que esteja disponível e atenda a todos os requisitos necessários para que possa ser entendida por todos os cidadãos, independentemente do seu nível de instrução (Enke, 1967; Hermann, 2011).

A comunicação entre a contabilidade pública e seus usuários fica fragilizada quando são utilizados termos e expressões nos relatórios contábeis que não são atribuídos aos seus respectivos destinatários (Lopes, Ribeiro & Cavalcante, 2010). Os relatórios contábeis devem apresentar um menor detalhamento e menor uso de linguagem técnica para expressar a situação das contas públicas (Yusuf et al., 2013). Martins & Lima (2021) exploram as diferentes perspectivas que a literatura apresenta a respeito das definições dos RFPs, resultando em seis características principais: acessível, menos detalhados, breves, com foco no cidadão, em linguagem simples e fazendo uso de tabelas e gráficos (Figura 1).

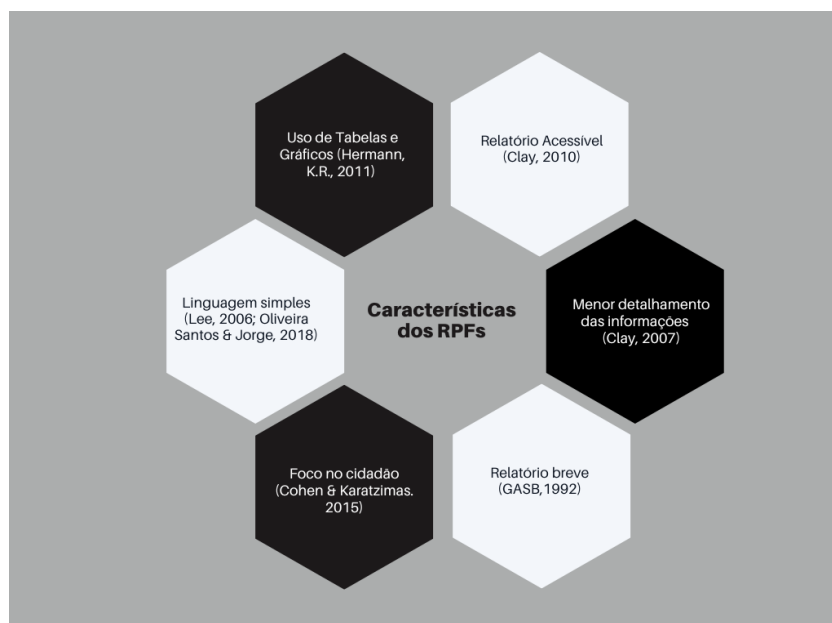


Figura 1 Características dos relatórios financeiros populares

Fonte: Adaptado de Martins e Lima (2021).

Sobre a característica relacionada ao *relatório acessível*, o Estado deve orquestrar meios para que os cidadãos tenham acesso aos relatórios, de forma que eles cheguem a todos os tipos de pessoas (Clay, 2010; Martins & Lima, 2021). Neste sentido, a legislação estabelece regras que obrigam os entes federativos a apresentar relatórios e demonstrativos fiscais que devem ser publicados em meio de amplo acesso público, inclusive na internet (Lopes et al., 2010).

Com relação à característica *menor detalhamento das informações*, tem-se que o objetivo dos relatórios simplificados é aumentar o grau de entendimento dos leitores, devendo ser evitadas análises detalhadas ou o uso de termos técnicos complicados (Clay, 2007; Cohen, Mamakou & Karatzimas, 2017; Martins & Lima, 2021). No caso do *relatório breve*, a literatura apresenta que para servir ao seu propósito, os RFPs devem ser breves e de fácil entendimento (Gasb, 1992; Hermann, 2011; Martins & Lima, 2021).

Sobre o *foco no cidadão*, a preocupação é que as versões simplificadas tragam consigo apenas as informações que interessam e norteiem a vida dos cidadãos (Sharp et al., 1998; Cohen, Mamakou & Karatzimas, 2017; Martins & Lima, 2021). Com relação à *linguagem simples*, Miranda et al. (2008) concluíram que as informações produzidas pela contabilidade pública não são claras para a maioria dos cidadãos, independentemente do grau de escolaridade. Assim, na abordagem dos RFPs deve ser encontrada uma forma de transmitir essas informações de forma acessível aos cidadãos, independentemente do seu grau de instrução (Lee, 2006; Oliveira, Santos e Jorge, 2018; Bracci, Biondi & Kastbert, 2023; Martins & Lima, 2021). O *uso de tabelas e gráficos* também facilita a compreensão das informações apresentadas, além de contribuírem para um visual apelativo ao leitor, com elementos gráficos, como cores (Hermann, 2011; Yusuf & Jordan, 2012; Martins & Lima, 2021; Silva, 2023).

Considerando que na elaboração da informação contábil o processo de comunicação deve ser bidirecional, quanto mais a informação for entendida pelos cidadãos, de forma mais precisa, mais a comunicação conscientizará os cidadãos a respeito do uso dos recursos públicos, trazendo benefícios para a sociedade como um todo (Laudie, 1987; Barbera et al., 2016).

2.2 Relatórios contábeis do setor público

Entre os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil está o de fornecer informações sobre a entidade que seja útil para os usuários dos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, devendo os RCPGs ser elaborados considerando as seguintes diretrizes (IPSASB, 2014):

- No caso da existência de uma versão traduzida para outro idioma do relatório, as versões devem estar fiéis ao conteúdo da versão original;
- Os relatórios devem conter as informações direcionadas aos seus respectivos objetivos levando em consideração as características, as restrições das informações e os fenômenos econômicos relevantes e outros fenômenos sobre os quais a informação seja necessária;
- A respeito da informação selecionada para evidenciar, o relatório deve conter a base da informação (políticas e metodologias aplicáveis), com o detalhamento da informação exposta.

Uma estrutura conceitual é necessária para servir de base para julgamento na elaboração e interpretação das demonstrações contábeis (Nunes & Lima, 2017). Na própria Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público é apresentado que as estruturas dos RCPGs fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agrupar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer aos usuários informações que satisfaçam seus objetivos e atinjam as características qualitativas da informação contábil (relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade) levando-se em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPGs (materialidade e custo-benefício).

No artigo 70 da Constituição Federal do Brasil de 1988 encontra-se estabelecido que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza deverá fazer a prestação de contas. O orçamento, assim como sua execução, deve alcançar ampla divulgação, a fim de cumprir o que determina os dispositivos legais, possibilitando, de forma mais ampla possível, o controle do erário público (Ferreira et al., 2020).

Da perspectiva normativa, a estruturação relatórios contábeis do setor público brasileiro a ser observada pelos entes federados brasileiros está normatizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Nos 26 Estados da Federação do Brasil e em seu Distrito Federal, devem ser publicados periodicamente os seguintes relatórios de prestação de contas (Figura 2).

Nome do relatório	Periodicidade	Exigência legal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Balanço Orçamentário	Bimestral	art. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
Demonstrativos de Receitas e Despesas	Anual/ Bimestral	art. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Quadrimestral	art. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores		
Demonstrativo das Operações de Crédito		
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar* (somente anual)		
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal		
DCASPs E MSC* - ENVIO SICONFI**		
Declaração das Contas Anuais - DCA	Anual	§ 2º do art. 7º da Portaria STN nº 642, de 20/09/2019
Matriz de Saldos Contábeis Agregada	Mensal	
Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento	até 30 de março do ano subsequente	§ 2º do art. 7º da Portaria STN nº 642, de 20/09/2019
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO – DCASP		
Balanço Orçamentário – Quadro Principal	Anual	art. 102 da Lei nº 4.320/64/ MCASP 9ª Edição - Part. V
Balanço Financeiro		art. 103 da Lei nº 4.320/64
Demonstração das Variações Patrimoniais		art. 104 da Lei nº 4.320/64
Demonstração dos Fluxos de Caixa		NBC TSP 12 / IPSAS 2
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido		MCASP 9ª Edição - Part. V, item 7 – DMPL

*Matriz de Saldos Contábeis: estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, tendo como um dos objetivos gerar a declaração de contas anuais para fins de consolidação das contas públicas.

**Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

Figura 2 *Relatórios contábeis e financeiros a serem publicados pelos entes federados brasileiros*

Fonte: dados da pesquisa.

Além das exigências normativas de caráter mais abrangente, os entes federados brasileiros ainda devem enviar os relatórios exigidos pelos tribunais de contas aos quais se encontram vinculados, em cumprimento aos normativos definidos localmente, a exemplo dos relatórios anuais exigidos pelo Tribunal de Contas ao Governo do Estado de Goiás (TCE/GO) (Figura 3), que podem variar dependendo do tribunal de contas.

Relatório exigido	Base normativa
Registro de Saldo Bancário	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Conciliação Bancária	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada Segundo as Categorias Econômicas e Elementos de Despesas	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Rol de Ordenadores de Despesa	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Demonstrativo da Despesa segundo as Funções	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Despesa Realizada por Função, Programa, Fonte de Recurso e Categoria Econômica	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Receita Orçada com a Realizada	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Receita Realizada Mês a Mês	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo de Reduções de Créditos	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade – Resumo	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Dívida Fundada	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Dívida Flutuante	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Demonstrativo Restos a Pagar / Unidade	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO

Figura 3 *Relação de relatórios contábeis exigidos pelo TCE/GO ao Governo do Estado de Goiás*

Fonte: dados da pesquisa.

Para Biancone, Secinaro e Brescia (2016), os relatórios de finanças públicas estimulariam a relacionamento entre o poder público e as partes interessadas em uma visão transparente e compreensível dos resultados. Contudo, mesmo com a elaboração de tantos relatórios, a evidenciação das informações contábeis ainda é considerada técnica e de difícil entendimento por parte de seus usuários (Jordan et al., 2017). Mesmo os relatórios

governamentais voltados para os cidadãos ainda são fragmentados, e há uma escassez de estudos que analisem sistematicamente esse tipo de experiência (Del Gesso e Romagnoli, 2020).

Para Maia (2013), a prestação de contas de governos não pode ficar subordinada às exigências dos órgãos de fiscalização, devendo ser estudadas formas que permitam o controle efetivo da gestão do governo, com o uso de alternativas que auxiliem o processo decisório, buscando sempre a transparência, para que todos os cidadãos possam compreender a ação dos governantes. A administração pública tem a responsabilidade de impulsionar a maior abrangência possível das informações publicadas pelo Estado, sejam elas contábeis ou não, como forma de alcance da transparência e, com isso, possibilitando a atuação do controle social sobre as contas públicas (Coelho et al., 2011). Portanto, é imprescindível que os governos aprimorem continuamente os mecanismos de divulgação das informações financeiras, garantindo que elas sejam acessíveis e compreensíveis para todos os cidadãos.

3 Metodologia da Pesquisa

Para apresentar uma releitura do Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás relativo ao exercício financeiro de 2022 à luz da literatura de RFPs, foi realizada uma análise detalhada das práticas adotadas tanto em âmbito nacional quanto internacional no desenvolvimento de relatórios financeiros que visam tornar as informações mais acessíveis e compreensíveis para o público em geral. Nesse período, o propósito foi identificar as melhores práticas e estratégias utilizadas por outros entes, visando aprimorar a abordagem do Balanço Geral do Governo de Goiás, estado localizado na Região Centro Oeste do Brasil.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos foram realizados encontros semanais remotos por meio da Plataforma Microsoft Teams® com as equipes da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás, que na ocasião também estavam elaborando o Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás relativo ao exercício financeiro de 2022, conforme os dispositivos legais e normativos em vigor.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, uma vez que utiliza conceitos teóricos para solucionar um problema prático no contexto da administração pública. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise profunda das práticas e estratégias de divulgação de informações financeiras. O método de análise documental foi utilizado, abrangendo a revisão de relatórios governamentais, legislação pertinente e normativa nacional e internacional, além da literatura científica sobre RFPs. As reuniões semanais com as equipes do governo de Goiás também serviram como instrumento de coleta de dados e discussão de práticas adotadas.

O presente estudo considerou pesquisas relacionadas aos RPFs, à transparência do Estado quanto ao cidadão e o controle social, para o desenvolvimento de seu referencial teórico. Também, foram consideradas experiências nacionais e internacionais dos Governos que, além de publicar seus relatórios de prestação de contas anuais habituais, estão apresentando uma versão simplificada. Da revisão literária, foram extraídas diretrizes para a construção de um relatório governamental simplificado focado no cidadão (Seção 2.1 deste trabalho, Figura 1).

3.3 Definição de Variáveis e Base de Dados

3.1 Do Relatório Objeto do Estudo de Caso

O relatório original - Balanço Geral do Estado de Goiás – BGE 2022 (<https://scgi.economia.go.gov.br/scgi>), é composto por três volumes, totalizando mais de mil páginas:

- Volume I – Relatório Contábil de Propósito Geral – RCPG;
- Volume 2 – Anexos I (DCASP e Relatórios Contábeis; Anexos II (RREO 6º Bimestre); Anexo III (RGF 3º Quadrimestre); Anexo IV (RGF Consolidado 3º Quadrimestre);
- Balanços por Órgãos – Administração Direta e Indireta; Fundos; Consolidados e Notas Explicativas.

O BGE de Goiás e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público integram a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 174 da Resolução nº 22/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e nos quadros demonstrativos constantes dos Anexos da Lei nº 4.320/1964, e ainda, os relatórios fiscais, com as alterações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (Figuras 4 e 5).



Figura 4 Balanço Geral do Estado de Goiás de 2022

Fonte: Balanço Geral do Estado de Goiás de 2022 (relatório original)

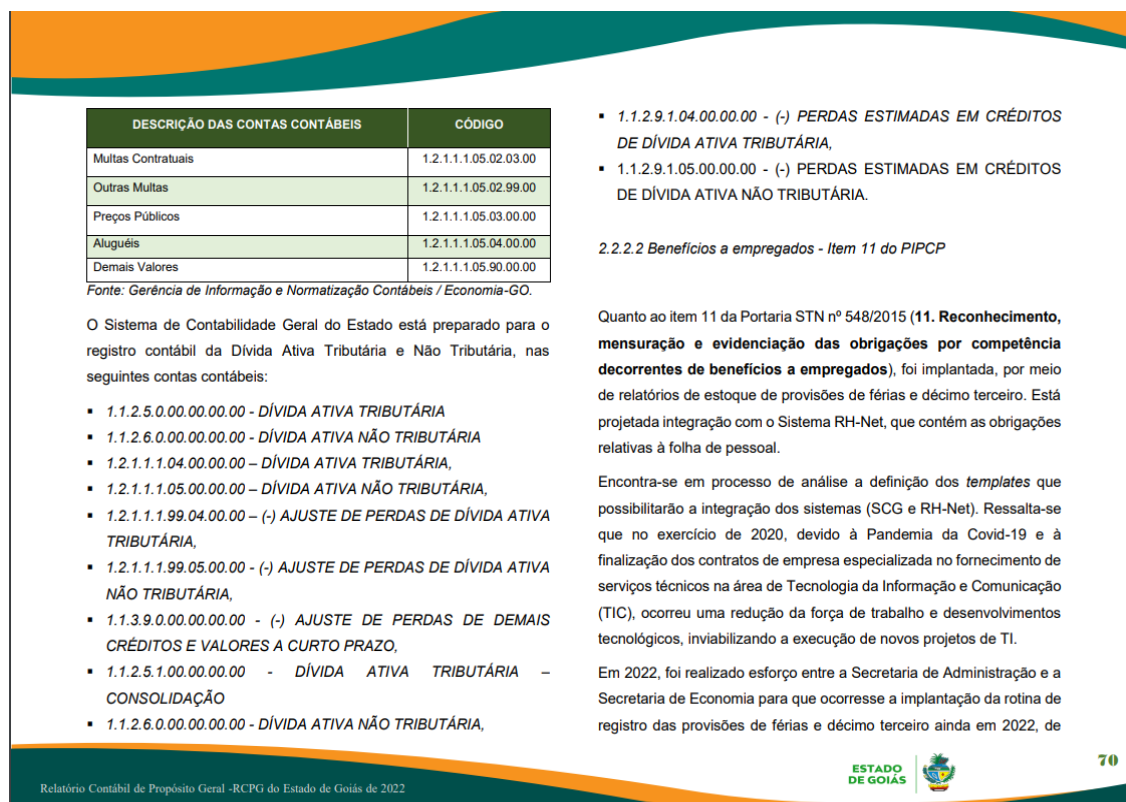


Figura 5 Balanço Geral do Estado de Goiás de 2022

Fonte: Balanço Geral do Estado de Goiás de 2022 (relatório original)

Com a divulgação de seu Balanço Geral, o Governo do Estado de Goiás cumpre o dever constitucional de prestar à Assembleia Legislativa as contas anuais do exercício de 2022, na forma do inciso XI do art. 37 da Constituição do Estado de Goiás de 1989. A partir da apresentação dessas informações pela equipe da Secretaria da Fazenda, a equipe da pesquisa então discutiu esses resultados à luz da literatura de RPFs, ficando estabelecido que as informações contábeis constantes no Balanço Geral do Estado de Goiás deveriam ser segregadas por áreas temáticas, destacando tanto as fontes de recursos (impostos e taxas; transferências da União; e outras receitas) como sua destinação (saúde; educação; assistência social e habitação; previdência social; dívidas do Estado; segurança; e outras despesas).

Nesta fase, as discussões com a equipe da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás foram conduzidas pelo membro da equipe de pesquisa com mais de 30 anos de experiência em contabilidade pública, assegurando que o conteúdo técnico fosse preservado. Como a expectativa do Balanço Cidadão era de que as informações que viessem a ser divulgadas fossem efetivamente de interesse do cidadão, a partir da orientação da equipe da pesquisa, a equipe da Secretaria de Fazenda de Goiás precisou estabelecer uma parceria com as demais secretarias do Governo do Estado, objetivando capturar informações qualitativas que contribuíssem para que fossem divulgadas as principais realizações do Governo do Estado e as metas atingidas a partir das fontes/destinações de recursos.

Conforme literatura referente aos RPFs pode-se verificar que a utilização de diversos quadros, gráficos e figuras caracterizam-se como característica de um relatório direcionado ao melhor entendimento dos cidadãos a respeito da Prestação de Contas do Estado de Goiás no ano de 2022. No entanto, a extensão do BGE (mais de mil páginas no conjunto dos seus três volumes), a quantidade de jargões técnicos utilizados em todo o texto, e os demonstrativos

financeiros apresentados, representaram um desafio ao que tange o entendimento do corpo social a respeito do conteúdo do BGE.

Segundo o disposto no BGE de Goiás, seu objetivo é promover o pleno exercício do controle social, como instrumento de análise e aprimoramento das políticas públicas do Estado. Apesar de se observar que no desenvolvimento do relatório diversos temas são pertinentes aos cidadãos comuns, eles não estão expressos de forma popular, como, por exemplo, os aspectos socioeconômicos (no qual se pode destacar a produção do ano no Estado de Goiás – PIB), os serviços do Estado prestados à população, e as mudanças na infraestrutura.

A respeito das práticas contábeis, as informações constantes no BGE de Goiás foram extraídas do Sistema de Contabilidade Geral do Estado de Goiás (SCG), cuja gestão encontra-se sob responsabilidade da Superintendência Contábil da Secretaria de Estado da Economia, nos termos do inciso XIV do art. 5º do Decreto Estadual nº 9.06947, de 10 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 19.55048, de 15 de dezembro de 2016. Em uma análise preliminar, ficou constatado o atendimento às normas contábeis aplicadas às demonstrações, de acordo com o MCASP e as Instruções de Procedimentos Técnicos (IPCs) estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2 Criando um Visual Apelativo

Na segunda etapa da pesquisa, as reuniões com a equipe da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Goiás foram conduzidas por outro membro da equipe de pesquisa, que possui mais de 20 anos de experiência na área de comunicação humana e suas nuances. Nesta fase, foi discutida a identidade visual das publicações do Estado de Goiás, buscando agregar características dos RFPs presentes na literatura, como o uso de gráficos e tabelas; relatório acessível; menor detalhamento das informações, relatório breve; foco no cidadão e linguagem simples.

É sabido que o leiaute influencia o indivíduo leitor na primeira impressão com o conteúdo, de forma que, a clareza visual possui poder de prestígio na busca pela leitura e entendimento do relatório a ser apresentado (Lencastre et al., 2007). Desta forma, para criar uma estratégia de releitura do BGE de Goiás a partir das características propostas pela literatura a respeito dos RFPs, buscou-se atender aos itens expostos na Figura 1 deste trabalho (uso de gráficos e tabelas; relatório acessível; menor detalhamento das informações, relatório breve; com foco no cidadão e linguagem simples).

Para preservar os elementos para a criação de identidade visual do novo leiaute, foi observada a proposta de Teixeira et al. (2012): pesquisa, análise do ambiente, geração de ideias e definição do conceito. Como resultado, o novo formato trouxe elementos muitos próprios do Estado de Goiás, como a bandeira e o lema utilizado no governo “O Estado que dá certo”, com o uso das cores verde, amarelo, azul e branco, já presentes nos relatórios de prestação de contas do Estado de Goiás. Na elaboração do novo leiaute também foi verificado se a metodologia adotada utilizada encontra-se em conformidade com a característica “foco no cidadão” encontrada na literatura (Cohen, Mamakou & Karatzimas, 2017).

No processo de geração de ideias, a partir das informações coletadas do BGE de Goiás, foi identificada a forma como elas seriam apresentadas na nova versão. Nesta etapa, as diretrizes apontadas pela literatura a respeito do leiaute (Seção 2.1 deste trabalho) foram o foco da criação da apresentação simplificada. Neste sentido, foram levados em consideração os critérios apresentados na Figura 6 para a versão simplificada sugerida. Para tal, adotou-se a

estratégia aconselhada pela literatura, utilizando ilustrações, cores diferentes e quadros para simplificar a complexidade do material, com o uso de uma linguagem simples.

Critério	Ação
Menor detalhamento das informações	Foram colocadas como objetivo deste relatório a prestação de contas, de modo que utilizamos os tópicos: (1) Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas; (2) Destinação dos Recursos arrecadados;
Relatório Breve	Foram reduzidos os dados do relatório original, para algumas páginas de prestação de contas.
Foco no cidadão	Foram transmitidas as informações que, em conjunto com profissionais contabilistas, foram julgadas focadas no cotidiano dos cidadãos.
Linguagem simples	Em conjunto com uma profissional de comunicação, foi desenvolvida uma linguagem simples e de fácil entendimento a partir dos dados coletados do relatório objeto de estudo.
Uso de Tabelas e Gráficos	Para o conteúdo do Balanço do Cidadão foram utilizados tabelas e gráficos para demonstração dos dados coletados.

Figura 6 *Critérios de criação a luz da literatura RFPs*

Fonte: *Adaptado da literatura de RFPs.*

Para o desenvolvimento do novo leiaute, a equipe da pesquisa fez uso da Plataforma de design gráfico Canva®. A Plataforma Canva já tem sido usada em várias pesquisas por possibilitar o uso de desenhos e figuras de forma ampla, bem como o registro de melhoras e oportunidades que poderão surgir durante o desenvolvimento de projetos (Cândido, Bertolotti e Bedin, 2017; Archanjo e Santos, 2020). A Plataforma Canva® também foi usada em estudo desenvolvido por Lima, Silva e Varão (2022) sobre RPFs com o propósito de compreender como seu formato pode contribuir para que os conselheiros municipais de saúde possam tomar melhores decisões sobre informações financeiras que estejam sob seu julgamento.

Durante todo o desenvolvimento dos trabalhos, foram observados os elementos presentes na identidade do Estado de Goiás, a fim de chamar atenção do leitor a partir de aspectos da aparência em que já estejam habituados. Seguindo a recomendação da literatura, conforme disposto no item 2.1 deste trabalho, concluiu-se que as cores principais do leiaute proposto seriam: (1) Verde; (2) Amarelo; (3) Azul e (4) Branco. Esta abordagem teve a participação de uma profissional de Comunicação Social do Estado de Goiás, que julgou adequada a utilização destas cores como predominantes na versão simplificada do objeto de estudo, observando a própria orientação da literatura, segundo o qual deve ser considerado o ambiente para o qual a informação está sendo direcionada, de forma que, esta etapa da metodologia está em conformidade com a característica “foco no cidadão” encontrada na literatura (Cohen e Karatzimas, 2015).

Definido o *design* do relatório à luz da literatura dos RFPs, uma nova reunião foi realizada reunindo as equipes da pesquisa, da Secretaria da Fazenda e da Comunicação Social do Estado de Goiás para efetuar a catalogação das informações que deveriam constar no novo leiaute, ficando estabelecido que a releitura do Balanço Geral do Estado de Goiás passaria a ser denominada de Balanço Cidadão de Goiás de 2022.

Nesta etapa, foram feitos testes em parceria com a profissional de comunicação social a respeito das ideias de apresentação das informações. Adicionalmente, estipulou-se que, para o leiaute do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 fosse utilizada a plataforma Canva[®]. Por fim, o processo de definição do conceito foi a consolidação do trabalho executado nas demais fases do planejamento do novo visual do objeto de estudo, de forma que: (i) em conjunto com a profissional de comunicação social, estipulou-se a linguagem, as cores e a forma de apresentação das informações; (2) solidificou-se o conteúdo a ser exposto na versão simplificada, em conjunto com as equipes da pesquisa, da Secretaria da Fazenda e da Comunicação Social do Estado de Goiás.

Entre os instrumentos que também foram utilizados para construir um visual apelativo para a releitura do Balanço Geral do Estado de Goiás, foram considerados os desenvolvidos por Sharp et al. (1998), Clay (2010), Hermann (2011); Yusuf e Jordan (2012), Jordan et al. (2016). Ao final dos trabalhos, uma constatação da equipe da pesquisa é a de que cada experiência de desenvolvimento de um RPF é única, uma vez que cada entidade, seja ela pública ou privada, tem características próprias e usuários com necessidades de informações específicas.

4 Resultados e Análises

4.1 O Balanço cidadão de goiás de 2022

Realizada a criação do Balanço Cidadão de Goiás para o exercício de 2022, a cerimônia de apresentação ocorreu em 3 de julho de 2023, no auditório do Complexo Fazendário em Goiânia. O evento contou com a participação de representantes de diversas instituições, como o Tribunal de Justiça (JGO), o Tribunal de Contas (TCE-GO), a Defensoria Pública (DPE-GO), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-GO) e as Secretarias de Desenvolvimento Social e de Segurança Pública. O Balanço foi elaborado com base nos princípios dos Relatórios Financeiros Populares (RFPs), consolidando as principais informações de receita e despesa em uma linguagem acessível ao cidadão.

O novo balanço foi apresentado pelo contador geral e pela secretária de economia do Estado de Goiás e, no mesmo dia, ficou acessível no site da Economia (<https://goias.gov.br/economia/balanco-cidadao/>), contendo principais entregas e realizações do Governo de Goiás ao longo de 2022.

Composto por 37 páginas, na composição do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 foram utilizadas predominantemente as cores verde, amarelo, azul e branco principais, preservando a identidade dos relatórios oficiais do Estado de Goiás. Ao fundo, há a ilustração dos monumentos “Monumento das Três Raças”, “Monumento dos Três Marcos”, “Catedral Senhor Bom Jesus da Lapa” e do fruto típico no Estado de Goiás, o pequi. Essas figuras são utilizadas como ferramenta de conexão entre os cidadãos goianos e o material disponibilizado. Há também a representação do mapa do Estado, esses são alguns dos instrumentos que foram utilizados para construir um visual apelativo consoante ao disposto na literatura (Sharp et al., 1998; Clay, 2010; Hermann, 2011; Yusuf & Jordan, 2012; Jordan et al., 2016).

Inicialmente, no Balanço Cidadão de Goiás de 2022 foi apresentada uma breve explanação do que vem a ser um balanço do cidadão, informações gerais sobre os ramos de destaque do Estado de Goiás e sua estrutura organizacional, conforme Figura 7.



Figura 7 Características do Balanço Cidadão de Goiás de 2022

Fonte: Balanço Cidadão de Goiás de 2022.

Na sequência, as informações do relatório original foram divididas por áreas temáticas, consolidadas em grandes números – receita arrecadada e suas fontes de recursos, e despesa executada e suas destinações de recursos, com destaque para as áreas que mais consumiram recursos do Estado. Em todo o conteúdo do Balanço Cidadão de Goiás de 2022, buscou-se apresentar “traduções” aos cidadãos comuns (Bracci, Biondi e Kastberg, 2023) a respeito do que já é periodicamente exposto nos relatórios contábeis oficiais dos entes federados à população, contrapondo os recursos consumidos com as metas atendidas pelo Governo do Estado de Goiás durante o exercício financeiro de 2022 (Figura 8).



Figura 8 Preocupação em apresentar uma linguagem clara e acessível no Balanço Cidadão de Goiás de 2022

Fonte: Balanço Cidadão de Goiás de 2022.

Em cada página do Balanço Cidadão de Goiás de 2022, buscou-se um leiaute simplificado, com artifícios visuais, linguagem simples e menos informações, visando trazer um maior entendimento por parte dos cidadãos comuns a respeito do que foi exposto no Balanço Geral do Estado de Goiás de 2022. Os resultados foram tão animadores que, a partir desta experiência, foi estabelecido pelas equipes da Secretaria da Fazenda e da Comunicação Social do Estado de Goiás o compromisso de publicarem anualmente o Balanço Cidadão do Estado de Goiás

4.2 Repercussões do projeto na mídia e na sociedade

Uma sucessão de fatos aconteceu desde a apresentação do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 no auditório do Complexo Fazendário de Goiânia no dia 3 de julho de 2023. A transmissão da própria apresentação encontra-se disponível no canal do Youtube® da Secretaria da Economia do Estado de Goiás no link: https://www.youtube.com/watch?v=rM2WSjuLdH4&ab_channel=SecretariadaEconomiadoEstadodeGoi%C3%A1s. A notícia da cerimônia também foi veiculada no site oficial da Secretaria de Economia do Estado de Goiás com destaque para as falas das autoridades presentes ao evento (Figura 9).



Figura 9 Divulgação da cerimônia de apresentação do Balanço do Cidadão de Goiás de 2022 no site da secretaria da economia

Fonte: site Ministério da Economia do Estado de Goiás.

O contador geral do Estado de Goiás também foi convidado a divulgar a notícia do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 na rádio CBN® Goiânia 97.1 FM – Goiânia (Figura 10).

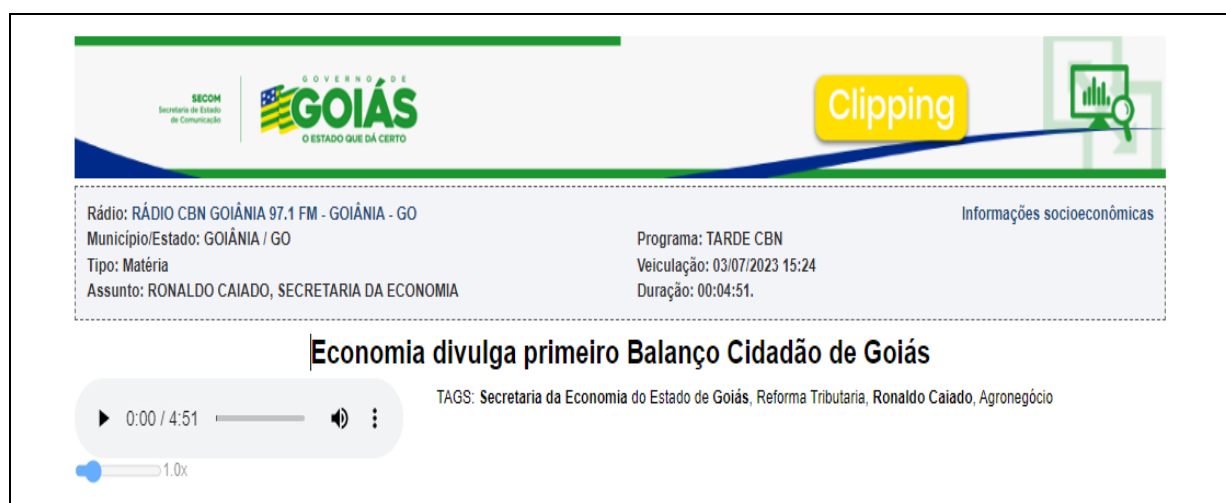


Figura 10 Divulgação do Balanço Cidadão de Goiás na Rádio CBN

Fonte: Rádio CBN Goiânia 97.1 FM. (2023, 03 de julho). Goiânia - GO. Emissora de rádio

A notícia também foi transmitida em rede de televisão na V Serra Dourada®, afiliada na rede de TV SBT® Goiânia – Goiás (Figura 11).



Figura 11 Divulgação do Balanço Cidadão de Goiás na V Serra Dourada, afiliada da rede de TV SBT Goiânia

Fonte: V Serra Dourada®. (2023). Afiliada na rede de TV SBT®, Goiânia, GO.

A notícia também foi veiculada na TV Anhanguera® no dia 4 de julho de 2023 e no Globoplay® (<https://globoplay.globo.com/v/11752776/>), valorizando a importância do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 e ressaltando a sua transparência. Vários jornais também reproduziram a notícia trazendo informações sobre o novo balanço (Figura 12).

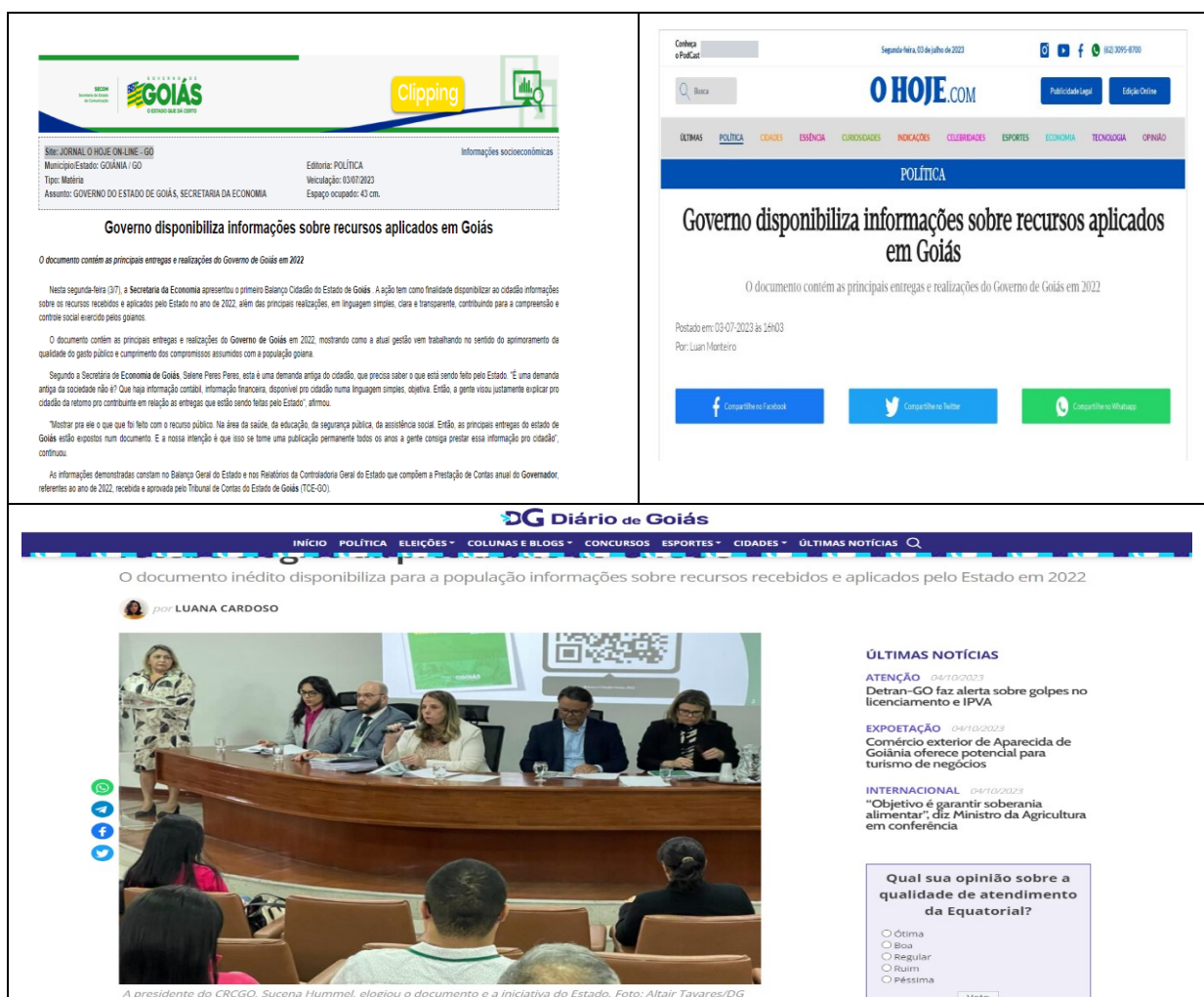


Figura 12 Divulgação do Balanço Cidadão de Goiás em jornais

Fonte: dados da pesquisa.

A informação também foi divulgada no site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (Figura 13).



Figura 13 Divulgação do Balanço Cidadão de Goiás no site do CRCGO

Fonte: <https://crcgo.org.br/presidente-valoriza-contadores-durante-lancamento-do-balanco-cidadao-da-secretaria-de-economia-do-estado/>

No mês de setembro de 2023, os servidores da Superintendência Central de Contabilidade e da Educação Fiscal da Economia participaram da Semana da Gestão do SENAC, em Catalão, para a apresentação do Programa Nacional de Educação Fiscal e do Balanço Cidadão de Goiás, referente ao ano de 2022, a beneficiários do Programa Jovem Aprendiz. A ação teve como finalidade a construção de consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. A assessora da Central de Contabilidade do Estado de Goiás foi a pessoa responsável pela explanação do Balanço Cidadão de Goiás (Figura 14).



Figura 14 Divulgação do Balanço Cidadão de Goiás a alunos do SENAC de Catalão – GO.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=X3cA03hrr14>

Em 2023, a própria equipe da Secretaria da Economia do Estado de Goiás elaborou o Balanço Cidadão de Goiás de 2023, o que reforça a importância da interação entre a academia e a sociedade para promover a troca de conhecimento, a inclusão social e o desenvolvimento humano (Figura 15).



Figure 15 *Balanço Cidadão do Estado de Goiás do exercício financeiro de 2023.*

Source: <https://goias.gov.br/economia/balanco-cidadao-transparencia/>

5 Considerações Finais

A utilização de Relatórios Financeiros Populares (RFPs) vem se destacando como uma estratégia eficaz para ampliar a transparência e facilitar o acesso às informações financeiras governamentais. Ao tornar esses dados mais compreensíveis, os RFPs promovem maior engajamento dos cidadãos no controle social. Nesse contexto, o estado de Goiás, ao elaborar seu Balanço Geral de 2022, adotou essa abordagem com o objetivo de fortalecer o diálogo com a sociedade e aumentar a confiança pública na gestão dos recursos estaduais.

Observando os marcadores da literatura e trabalhando com as equipes da Secretaria de Fazenda e de Comunicação Social do Estado de Goiás, as informações do relatório original foram divididas por áreas temáticas, consolidadas em grandes números – receita arrecadada e suas fontes de recursos, e despesa executada e suas destinações de recursos. Em seguida, com o uso da Plataforma Canva®, foi desenvolvido o Balanço Cidadão de Goiás para o ano de 2022 absorvendo as principais características de RFPs.

A revisão da literatura mostrou que os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil são o de fornecer informação sobre a entidade que sejam úteis para os usuários dos relatórios contábeis para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, e que os relatórios de gestão anuais governamentais são legalmente reconhecidos como a base primária do ciclo de responsabilização pública, devendo seu conteúdo tanto informações financeiras (quantitativas) como de desempenho

(qualitativas) das ações governamentais, ambas essenciais para uma adequada avaliação em termos de responsabilização pública.

Foi apresentado que a estruturação dos balanços gerais a ser observada pelos entes federados brasileiros está normatizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e demais legislações que regulam o tema da perspectiva da administração pública, e que a maioria dos relatórios contábeis governamentais elaborados pelos entes federados brasileiros estão atrelados às exigências dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Partindo do entendimento de que, quanto mais a informação for entendida pelos cidadãos, de forma mais precisa, mais a comunicação conscientizará os cidadãos a respeito do uso dos recursos públicos, e auxiliará a participação desse cidadão no processo decisório do patrimônio público, foi considerado que os RFPs se apresentam como um instrumento complementar de divulgação de informação financeira mais adequado ao cidadão, já que procuram usar um vocabulário simples e compreensível pelo público em geral.

Explorando as experiências internacionais de RFPs, foram analisados diversos modelos simplificados da exposição das contas governamentais, dos quais pode-se observar que embora comprometidos com a finalidade de simplificação, ainda falham em transmitir aos usuários relatórios com as características apresentadas pela literatura como diretrizes para a geração de RFPs. A quantidade de representações reforçou a ambição dos governos ao redor do mundo em transformar informações técnicas em uma representação simples, a fim de trazer ao corpo social traduções das prestações de contas usuais.

A partir das diretrizes apresentadas na revisão da literatura a respeito da composição dos RFPs, e das reuniões que contaram com a participação das equipes da pesquisa, da Secretaria de Fazenda e de Comunicação Social do Estado de Goiás, uma versão simplificada foi elaborada a partir do Balanço Geral do Estado de Goiás, que passou a ser denominada de Balanço Cidadão de Goiás de 2022.

Composto por 37 páginas, na composição do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 foram utilizadas predominantemente as cores verde, amarelo, azul e branco, preservando a identidade dos relatórios oficiais do Estado de Goiás. Ao fundo, ainda há a ilustração do “Monumento das Três Raças”, do “Monumento dos Três Marcos”, da “Catedral Senhor Bom Jesus da Lapa” e do fruto típico no Estado de Goiás, o pequi. Essas figuras são utilizadas como ferramenta de conexão entre os cidadãos goianos e o material disponibilizado. Há também a representação do mapa do Estado, esses são alguns dos instrumentos que foram utilizados para construir um visual apelativo consoante ao disposto na literatura.

Uma sucessão de fatos aconteceu desde a apresentação do Balanço Cidadão de Goiás de 2022 no auditório do Complexo Fazendário de Goiânia do dia 3 de julho de 2023, com publicações em sites da internet, cadeias de rádio e televisão, além de convites para realização de lives e de encontros presenciais envolvendo educação de jovens e adultos, mostrando a importância do tema para a sociedade.

Em 2023, a própria equipe da Secretaria da Economia do Estado de Goiás elaborou o Balanço Cidadão de Goiás de 2023 a partir do aprendizado adquirido, mostrando que pesquisas como essa podem aproximar a academia da sociedade. Futuras pesquisas e parcerias podem ser feitas para que esse exemplo seja passado à frente.

Referências

- Allison, G. S. (1995). GFOA's Popular Reporting Awards Program: Revised and Improved. *Government Finance Review*, 11(3), 36-37.
- Bairral, M. A. D. C. (2013). Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Biancone, P., Secinaro, S., & Brescia, V. (2016). The popular financial reporting: focus on stakeholders—the first European experience. *International Journal of Business and Management*, 11(11), 115-125.
- Biancone, P., Secinaro, S., Brescia, V., & Calandra, D. (2023). Linee guida per la realizzazione del Bilancio POP o Integrated Popular Financial Reporting. *European journal of volunteering and community-based projects*, 1(4), 23-114.
- Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective. *Sustainability*, 10(9), 3112.
- Bracci, E., Biondi, L., & Kastberg, G. (2023). Citizen-centered financial reporting translation: The preparers' perspective. *Financial Accountability & Management*, 39(1), 18-39.
- Cabral, L. D. M. (2020). *Movimento ocular e desafios cognitivos na compreensão de Relatórios Populares* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Calderón, C., & Lorenzo, S. (2010). Open Government: Gobierno Abierto. Algón Editores. Jaén, España: Algón Editores MMX.
- Célrier, L., & Cuenca Botey, L. E. (2015). Participatory budgeting at a community level in Porto Alegre: a Bourdieusian interpretation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(5), 739-772.
- Clay, J. A. (2007). Popular reporting. *Government Public Relations: A Reader*, 151-156.
- Clay, J. A. (2010). Appendix H: Recent collaboration practice literature. *Strategic Collaboration in Public and Nonprofit Administration: A Practice-Based Approach to Solving Shared Problems*, 343.
- Clay, P. M., & Olson, J. (2008). Defining "fishing communities": vulnerability and the Magnuson-Stevens fishery conservation and management act. *Human Ecology Review*, 143-160.
- Coelho, M. C., da Cruz, F., & Neto, O. A. P. (2011). A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(3), 163-184.
- Cohen, S., Mamakou, X. J., & Karatzimas, S. (2017). IT-enhanced popular reports: Analyzing citizen preferences. *Government Information Quarterly*, 34(2), 283-295.
- Del Gesso, C., & Romagnoli, L. (2020). Citizen-centered reporting: assessing popular financial reporting practice in Italian decentralized governments. *International Journal of Business and Management*, 15(2), 1-16.
- Edmondson, A. C. (2020). Don't hide bad news in times of crisis. *Harvard Business Review*, 6.

Enke, E. L. (1967). *Governmental accounting reports for the citizen*. University of Illinois at Urbana-Champaign.

Ferry, L., Eckersley, P., & Zakaria, Z. (2015). Accountability and transparency in English local government: moving from 'matching parts' to 'awkward couple'?. *Financial Accountability & Management*, 31(3), 345-361.

Gonçalves, A.O. de, Bilhim, J. A. F. de, de Rezende, R. B., & de Souza Gonçalves, R. (2021). Accountability and social control: how the process works. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15, 1-13.

Hermann, K. R. (2011). Creating an excellent popular financial report. *Government Finance Review*, 27(5), 41-44.

IPSASB, J. (2014). The conceptual framework for general purpose financial reporting by public sector entities. *International Public Sector Accounting Standards Board, the International Federation of Accountants*.

Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2017). Popular financial reports as fiscal transparency mechanisms: An assessment using the fiscal transparency index for the citizen user. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636.

Jordan, M., Yusuf, J. E. W., Mayer, M., & Mahar, K. (2016). What citizens want to know about their government's finances: Closing the information gap. *The Social Science Journal*, 53(3), 301-308.

Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2017). Popular financial reports as fiscal transparency mechanisms: An assessment using the fiscal transparency index for the citizen user. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636.

Leal, D., Troian, A., Silveira, N. S. M., Quispe, J. N., & Goularte, J. L. L. Benefícios Financeiros e Não Financeiros dos Observatórios Sociais do Estado do Paraná. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 10(3).

Lee, M. (2006). The history of municipal public reporting. *Intl Journal of Public Administration*, 29(4-6), 453-476.

Lencastre, J. A., & Chaves, J. H. (2007). A importância dos utilizadores no processo de construção de um sítio web educativo.

Lima, D. V., Wilbert, M. D., JÚNIOR, J. G. D. A., Reichert, E. A., & de Castro, A. R. (2021). Observatório Covid-Prev: contribuição para a transparência e accountability na gestão pública em tempos de pandemia. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3199.

Lima, D. V., Silva, L. M. V. C. D., & Varão, R. (2022). Introdução de relatórios financeiros populares nos conselhos municipais de saúde do Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(51), 9.

Ling Wei, T., Davey, H., & Coy, D. (2008). A disclosure index to measure the quality of annual reporting by museums in New Zealand and the UK. *Journal of Applied Accounting Research*, 9(1), 29-51.

Lopes, J. E. D. M., Ribeiro, R. B., & Cavalcante, P. R. N. (2010). A informação contábil à luz da teoria da comunicação. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 1(2), 22-37.

- Maia, M. D. N. M. (2013). Autonomia administrativa, financeira e orçamentária: construindo um modelo de gestão estratégica.
- Manes-Rossi, F. (2019). New development: alternative reporting formats: a panacea for accountability dilemmas?. *Public Money & Management*, 39(7), 528-531.
- Martins, F. V. D. S. P., & de Lima, D. V. (2021). Directives for public entities' popular financial reporting. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(47), 91-108.
- Melo, M. R. (2022). *Em defesa da democracia brasileira: pelo alargamento da democracia*. Editora Dialética.
- Miranda, L. C., de Moura Silva, A. J., Ribeiro Filho, J. F., & da Silva, L. M. (2008). Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário. *BBR-Brazilian Business Review*, 5(3), 209-228.
- Nunes, S. P., & Lima, D. D. (2017). Uma análise crítica da estrutura conceitual do setor público no Brasil. In *XVI Congresso de Contabilidade e Auditoria-CICA* (Vol. 3, p. 2017).
- Oliveira, Â. F. L. (2016). *Popular reporting nos municípios portugueses* (Master's thesis, FEUC).
- Paton, W. A. (1940). Last-in, first-out. *Journal of Accountancy (pre-1986)*, 69(000005), 354.
- Rodrigues, J. D., da Silva, G. D., & de Vargas, S. B. (2021). Popular Reporting à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1).
- Sharp, F. C., Carpenter, F. H., & Sharp, R. F. (1998). Popular financial reports for citizens. *The CPA Journal*, 68(3), 34.
- Teixeira, F. C., SILVA, R. D. D. O., & BONA, R. J. (2012, June). O processo de desenvolvimento de uma identidade visual. In *Congresso brasileiro de ciências da comunicação da região sul* (Vol. 8).
- Yusuf, J. E. W., & Jordan, M. M. (2012). Effective popular financial reports: The citizen perspective. *Journal of Government Financial Management*, 61(4).
- Yusuf, J. E., Jordan, M. M., Neill, K. A., & Hackbart, M. (2013). For the people: Popular financial reporting practices of local governments. *Public Budgeting & Finance*, 33(1), 95-113.
- Zanetti, E., & Zart, C. O. (2021). Comunicação: história, componentes, formas e ruídos. *Revista Organização Sistêmica*, 10(18), 27-43.